

## Entre paredes de um aquário: projetos sociais esportivos e a vulnerabilidade como virtualidade

Among aquarium walls: Sports social projects and vulnerability as virtuality

Arisson Vinícius Landgraf Gonçalves

### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo problematizar os mecanismos de produção de sentido pelos quais iniciativas de governo, como os projetos sociais esportivos (PSE), atribuem a determinadas crianças e jovens a classificação de vulneráveis sociais. Resultado de uma operação ensaística como exercício de pensamento, encaminha a leitura da vulnerabilidade ativada pelos PSE como virtualidade projetada a serviço de estratégias de governo de determinada população. Nesse sentido, a abordagem do vulnerável como virtualidade, sugere, sobretudo, a desnaturalização dessa classificação como *a priori* de certas iniciativas que tomam o esporte como prerrogativa de salvação e transformação social.

**Palavras-chave:** Educação; governo; projetos sociais esportivos; vulnerabilidade social.

### ABSTRACT

This paper proposes discusses meaning production mechanisms whereby government initiatives, like sports social projects, consider some children and young people as social vulnerable. Result by thought exercise to do reading of vulnerability enabled by sports social projects as virtuality designed to service government strategies of a specific population. Therefore, discussing the vulnerability as virtuality, means denaturalize anticipated classification about government initiatives that takes sport as a synonym for social transformation.

**Keywords:** Education; government; sports social projects; social vulnerability.

### O ponto de partida: sobre ensaiar como estratégia de pensamento

*Ao invés de descobrir algo preexistente, a invenção consiste em encontrar o que nos faz pensar em ser atingido por algo para o qual não encontramos resposta nos saberes constituídos. A invenção coloca a necessidade de se pensar outramente, de se desterritorializar e produzir um estranhamento naquilo que é tido como natural e evidente (SILVA, 2005).*

Foucault, intercessor de Paul Veyne (2011, p.49), o permite afirmar: “[...] sempre somos prisioneiros de um aquário do qual nem sequer percebemos as paredes”. Considerar tal condição, devir-peixe-de-aquário, estabelece o ponto de partida desta escrita enquanto exercício ensaístico. É através do ensaio (LARROSA, 2003), não como um exercício literário ou como forma de expressão, mas, como o

exercício permanente e perseguidor do alargamento dos limites do próprio pensamento, que oriento o registro que segue. Incitado pela figura de pensamento ativada por Veyne, penso ser necessário a seguinte provocação: se somos prisioneiros de um aquário, seria possível, ao menos, embaçarmos as paredes de vidro que nos cercam? Como fazer para reconhecermos tais delimitações?

Nas palavras do filósofo francês Michel Foucault, o ensaio aparece como acesso à filosofia, por sua vez, entendida como o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento.

O "ensaio" – que é necessário entender como experiência modificadora de si no jogo da verdade, e não como apropriação simplificadora de outrem para fins de comunicação – é o corpo vivo da filosofia, se, pelo menos ela for ainda hoje o que era outrora, ou seja, uma "ascese", um exercício de si, no pensamento (FOUCAULT, 2012, p.16).

Nesses termos, tomo o ensaio como modo de radicalizar, pelo exercício crítico, o caráter transitório do meu próprio pensamento e dos objetos dos quais me dedico. Assim, torna-se possível testar os limites do aquário, desestabilizá-lo e, talvez, de algum modo, fazê-lo vazar. À espreita de uma parte do aquário, o problema destacado diz respeito, especificamente, ao funcionamento de projetos sociais de caráter esportivo. Incitado pelos efeitos de uma proliferação (HECKTHEUER, 2012), dedico-me a ensaiar sob a superfície constitutiva do público-alvo dessas iniciativas programáticas, usualmente, sustentadas na insistente premissa da vulnerabilidade social (GONÇALVES; HECKTHEUER e SILVA, 2014). A vulnerabilidade, então, tomada como condição dos sujeitos a quem tais projetos se prestam, naturaliza-se pouco a pouco como uma forma de expressão que absorve determinados territórios geográficos e existenciais. Tal concepção se esparrama em folhas de jornais, documentos institucionais, redes sociais e textos acadêmicos (ZALUAR, 1994; GUEDES, 2006; THOMASSIM; STIGGER, 2009; THOMASSIM, 2010; DAMICO, 2011; HECKTHEUER, 2012). Capilariza-se, sobretudo, em um tecido social fundado na preocupação, cada vez mais intensa, em antecipar os acontecimentos indesejados e assolada pelo estigma do perigo iminente.

Com base em tal constatação e incomodado com a fluidez supostamente confortante das engrenagens representativas, sustento a operação ensaística que segue, disparando uma questão estratégica: quem são os vulneráveis dos Projetos Sociais Esportivos (PSE)? Na condição de uma pergunta detonadora, o que se deseja distancia-se da obtenção de respostas em detrimento de assumir, desde o princípio desta operação, a ironia da questão como estratégia provocativa. Portanto, o objetivo que busco, através deste registro de pensamento, ajusta-se em problematizar os

mecanismos de produção de sentido pelos quais iniciativas de governo atribuem a determinados modos de vida o estatuto de vulneráveis. Nesse sentido, tomo a vulnerabilidade como virtualidade, a fim de possibilitar a construção de um eixo de inteligibilidade, que permita a leitura desnaturalizada de indivíduos vulneráveis como *a priori* dos PSE, considerando seus complexos mecanismos de produção de sentido.

## Sobre a vulnerabilidade como virtualidade

Os PSE reconhecem a existência de indivíduos vulneráveis! Para esses, se há um *a priori*, trata-se de sua própria existência. Contudo, cabe a indagação: o que há de problema com a exclamação? Novidade ou apenas constatação do sentido que persevera em cada PSE cartografado? Afinal, não seria pela existência de um que o outro se torna possível? Obviedade? Pelo menos para notícias impressas em folhas jornais.

### Quadro 1: Um sonho esportivo

[...] esses programas, principalmente os de lazer, não podem proporcionar perigos ou deixar os jovens em exposição a riscos sociais. Essas situações de vulnerabilidades, que podem ser desde um fácil acesso às drogas ou mesmo a outros tipos de violência, contornam-se ao ser proporcionado ao adolescente/jovem um espaço de integração e cultura, com atividades programadas que ocupam o indivíduo e o incentivam a não entrar no “submundo” da sociedade (ZENOBINI, 2011, p.4).

Fonte: arquivo próprio.

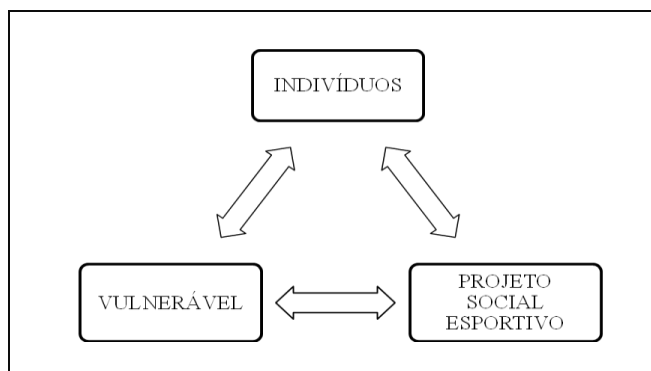
De modo geral, tem-se a ação dos PSE justificada por “situações de vulnerabilidade”. Qual o problema? O que se pode estranhar de uma relação cada vez mais óbvia entre PSE e indivíduos vulneráveis? Talvez o problema seja, justamente, essa quase obviedade. Esse processo que parece pouco a pouco encobrir as engrenagens constitutivas de uma produção. Processo de limpeza dos resíduos de uma criação que apresenta, como arte final, a relação necessária entre PSE e determinados modos de existência. Emendas, quase, imperceptíveis quando anunciado:

**Quadro 2:** Projeto educando pelo esporte

O Projeto Educando pelo Esporte atendeu 25 (vinte e cinco) meninos ao longo do ano de 2008, somado a vinte e três outros que tiveram passagem curta até 15 (quinze) dias e, por isso, não foram considerados alunos do projeto. Nascidos nos anos de 1991, 1992, 1993 e 1994 todos os alunos encontravam-se sob vulnerabilidade social e econômica (PROJETO EDUCANDO PELO ESPORTE, 2008).

*Fonte: arquivo próprio.*

A enunciação induz um tipo de constatação sobre a existência dos vulneráveis. No entanto, como suspeitar dessa certeza? É esperado que os PSE descrevam seu público-alvo, indicando meninos de quatorze a dezessete anos de idade em **situação de vulnerabilidade social e econômica**. A estrutura parece blindada, **PSE atendem indivíduos em situação de vulnerabilidade**, qual o problema nisso? A pergunta insiste. Assumida a existência de tal estrutura, começemos por reparar em como ela se põe a funcionar. Por quais estratégias se torna possível? Em seguida, tomemos o desmembramento desse processo como ponto de apoio para algumas suspeições. Se suprimirmos, por alguns instantes, o termo “indivíduos” do seguinte jogo de palavras “**atendem indivíduos em situação de vulnerabilidade**”, logo percebemos que há perda de sentido. Perde-se, não em termos de análise gramatical, mas, no funcionamento do jogo enunciativo que conduz a materialização dos PSE. O sentido carregado pelo termo “indivíduo” funciona como um ponto articular entre PSE e situação de vulnerabilidade. É linha conectiva entre ambos, fazendo do segundo condição de existência do primeiro. Ao que parece, temos três elementos que funcionam indissociavelmente na produção de um sentido específico (Figura 01):



*Figura 1 – Mecanismo de individualização/individuação das situações de vulnerabilidade*

*Fonte: Arquivo próprio.*

Teríamos aí a composição de um sistema estrutural que se retroalimentaria por um processo de individualização/individuação<sup>1</sup>? Afinal, é da constituição de indivíduos que se trata, bem como da condução de modos possíveis de sê-lo. Por conseguinte, localizar, buscar, capturar ou produzir um determinado tipo de indivíduo, ativa sempre um processo de individualização/individuação, como ação de individualizar/individuar. Os indivíduos vulneráveis dos PSE seriam, então, resultado desse processo que classifica e personifica uma situação de vulnerabilidade, dando-lhes nome, endereço, idade, sexo, renda salarial dentre outros delimitadores.

Instala-se, portanto, um sistema de produção de sentido. PSE e vulnerabilidade social se materializam ao individualizar/individuar modos de existência. Para haver PSE, é preciso que haja indivíduos em situação de vulnerabilidade que, por sua vez, é condição de existência para determinado indivíduo. Fecha-se uma triangulação coerente. Nesse sentido, não haveria nenhum estranhamento em meninos entre quatorze e dezessete anos de idade participarem de PSE por serem vulneráveis. Seria essa, uma explicação satisfatória? Afinal, qual condição de existência desencadearia tal processo? Quais modos de vida determinariam a necessidade de sua intervenção? O que há de tão potente na situação de vulnerabilidade ao ponto de condicionar a realização de um PSE? Todavia, ainda se trata das reverberações da pergunta: Quem são os vulneráveis dos PSE?

### **Quadro 3:** Projeto promove entrega de presentes e medalhas

[...] O Formando Craques atende crianças oriundas de três escolas públicas das proximidades da Quip e tem por objetivo manter as crianças longe das drogas através do esporte (S/AUTOR, 2010, p.8).

*Fonte: arquivo próprio.*

### **Quadro 4:** Voleibol riograndino ganha o Clube Pioneiros

O Clube Pioneiros de Voleibol tem como missão utilizar o esporte como

<sup>1</sup> No curso intitulado *Em defesa da sociedade*, durante a aula de dezessete de março de 1976, Foucault (2010) trata da emergência de uma nova tecnologia que se dirige à multiplicidade dos homens. Seria o biopoder como complemento da disciplina. Tecnologias de ordens distintas. A primeira individualizante porque atinge o corpo e o pune de forma isolada. A segunda é "massificante" por se dedicar a um corpo-espécie. Nesse sentido, o uso da noção de processo individualização/individuação não está especificamente na disciplina, nem na biopolítica. Entretanto, ambas consistem em noções caras ao mecanismo constituído pela estrutura apresentada na Figura 1. Trata-se de fabricação de modelos de pessoas e, em certo sentido, das próprias pessoas.

instrumento de socialização para jovens e para crianças dos bairros carentes da cidade do Rio Grande. A ideia é de utilizar o vôlei como uma atividade que acompanhe os alunos até a idade adulta, a fim de oferecer aos pais, que procuram um diferencial, a garantia de um trabalho de qualidade e credibilidade para seus filhos (S/AUTOR, 2011a, p.8).

*Fonte: arquivo próprio.*

#### **Quadro 5:** Projeto promove entrega de presentes e medalhas

[...] Criado há três anos, o Punhos da Esperança teve início na associação do bairro Getúlio Vargas. Atualmente, o projeto funciona no Centro Municipal de Eventos do Rio Grande e reúne crianças de todos os bairros [...]. Visando, principalmente, ao combate às drogas na periferia, as crianças participam de atividades físicas, técnicas de boxe, recreação, cultura e lazer. Logo após o treino, elas recebem uma refeição. Para participar, o aluno tem que estar obrigatoriamente estudando e não pode se envolver em brigas (S/AUTOR, 2011b, p.8).

*Fonte: arquivo próprio.*

Os excertos não hesitam em responder. Demonstram a quem os PSE endereçam seus cuidados. Seriam respostas suficientes ou apenas o estopim da pulverização (ou rarefação) de seus sentidos? Partem da afirmação de que estes existem. Não é difícil perceber que tais ações se proliferam em função de uma demanda de indivíduos *a priori* apontados, mapeados e recortados por uma situação de carência de suas intervenções. São localizados a partir dos espaços geográficos, econômicos e culturais que ocupam, bem como, por seus perfis físicos e comportamentais. No entanto, essa multiplicidade de endereçamentos tão afirmativos é apenas efeito da predominância das regularidades de uma estrutura que produz e marca determinadas pessoas e grupos como vulneráveis.

Fiquemos com as regularidades em detrimento de seus efeitos. A noção de antecipação de fatos indesejáveis se destaca como um quesito repetitivo de tal estrutura. Investir naqueles que ainda não são, mas, pela mínima possibilidade de se tornarem algo indesejável, encontram-se emaranhados entre feixes de força que os localizam na dispersão de seus modos de vida, torna-se recorrência cara aos PSE. Temos, com isso, o risco como regularidade a ser investida para problematização em questão. O sentido que aparece como condutor das linhas marginais dos indivíduos vulneráveis constitui um ponto chave a ser explorado frente ao objetivo de

desbloquear a blindagem que tem resguardado e potencializado uma relação óbvia entre PSE e indivíduos vulneráveis.

#### Quadro 6: Objetivos, público-alvo e finalidades do Projeto Semear

##### Objetivos:

- Despertar uma integração em suas relações sociais;
- Buscar através do esporte um equilíbrio entre corpo e mente;
- Trazer lições de ética e cidadania;
- Procurar evidenciar bons exemplos, distanciando-os assim de drogas entre outros problemas sociais;
- Buscar incentivar e motivar no aluno a importância pela educação;
- Ressaltar a relevância de práticas educacionais para seus futuros como cidadão.

##### Público Alvo:

- Aproximadamente 30 crianças do Bairro Castelo Branco;
- A faixa etária de idade dos alunos varia dos 9 aos 13 anos.

##### Finalidades do Projeto:

- A formação e estimulação de preceitos éticos e morais de cada aluno;
- O afastamento do aluno de drogas e condutas ilícitas;
- A busca pela DISCIPLINA e ATENÇÃO (Projeto Semear).

Fonte: arquivo próprio.

Entretanto, não seria tudo isso um diagnóstico previsível? Resquícios de um *modus operandi* de uma sociedade pan-óptica? Efeitos do poder disciplinar? Investimentos biopolíticos regulamentando a vida de uma população? Tais perguntas são disparadas frente ao pano de fundo formado pelo compilado de conferências proferidas por Michel Foucault, em sua passagem pelo Brasil em 1973, intitulado: *A verdade e as formas jurídicas*. Nele, o filósofo francês anuncia o que mais adiante percorrerá a tese de *Vigiar e Punir*: o surgimento entre os séculos XVIII e XIX de uma sociedade disciplinar que caracterizará a abertura das tecnologias de funcionamento da sociedade ocidental moderna (FOUCAULT, 2002). Modelo pautado na vigilância e no investimento sobre o corpo dos indivíduos. Uma ortopedia social que se instala. Do inquérito ao exame, Foucault demonstra pela reformulação do sistema penal e jurídico, as condições de possibilidade de uma sociedade ocidental pautada no saber produzido através da vigilância constante de seus indivíduos. Através dos exemplos das grandes noções de criminologia e de penalidade que surgem no século XIX,

delineia-se uma sociedade que se ocupa cada vez mais com “[...] controle e a reforma psicológica e moral das atitudes e do comportamento dos indivíduos” (FOUCAULT, 2002, p.85). Passa-se a valorizar uma noção de periculosidade que opera sobre as virtualidades de comportamento dos indivíduos antes mesmo da infração efetiva.

Contudo, não se trata aqui de equivaler PSE às tecnologias de uma sociedade disciplinar, mas reconhecer algumas compatibilidades para além dos efeitos que tal tecnologia produz, quando exercida sobre os corpos que capturam. Nesse sentido, as análises de Foucault nos possibilitam reconhecer a existência de algo que parece anterior à coerência entre PSE e disciplina, algo que está na própria motivação que produz determinado modelo social: a preocupação em antecipar o indesejável para que tal acontecimento não se realize. A substituição do inquérito pela prática do exame indica, sobretudo, as condições que possibilitaram e potencializaram uma operação específica com as temporalidades: passado, presente e futuro. Teríamos, cada vez mais, as ações do presente conduzidas por uma correlação entre o acontecido (passado) e as projeções possíveis (futuro). Afinal, é no devir presente que o futuro, em parte, se monta. O surgimento das noções de crime e de infração são exemplos disso. Suprimem a falta moral e religiosa em detrimento do dano ao corpo social. Passam a ser menos da ordem do fato ocorrido e mais do arranjo das possibilidades. À luz das minuciosas descrições de Foucault (2002), que contornam em linhas tênues uma sociedade de permanente vigilância, nota-se o quanto a herança de uma racionalidade pautada na antecipação de possíveis danos e de condições desejáveis ainda opera na construção de um presente alicerçado na noção de risco. Risco como iminência, como o vir a ser que se dá em sua existência enigmática, possíveis apenas em projeções.

Por outro lado, o risco como condicionante do presente não é predicado exclusivo de uma sociedade disciplinar. Três anos passados das conferências no Brasil, durante o curso *Em defesa da sociedade* (1976), Michel Foucault reconhece, no final do século XVIII, o surgimento de uma nova tecnologia de poder. Refere-se, então, à biopolítica como valorização da preocupação das relações entre o ser humano na condição de espécie e seu meio de existência. Tratar-se-ia, sobretudo, de procedimentos de governo desbloqueados por um deslocamento da ênfase do território do soberano para o gerenciamento das pessoas que o ocupam. A população torna-se um corpo coletivo, múltiplo e numerável, não o corpo social já reconhecido pela teoria do direito como o conjunto de todos os indivíduos, mas a população como problema científico, político e resultado de processos de massificação (FOUCAULT, 2010). A coletivização é o objeto da biopolítica que, por sua vez, lida com a massa e seus fenômenos. Arranjos sociais, que fora do plano coletivo são aleatórios e



imprevisíveis, passam a ser tomados em série e constituem a base para operação de mecanismos de previsões, estimativas estatísticas e medições de dimensão global.

Dois anos mais tarde, agora em *Segurança, Território e População* (1977-78), Foucault (2008c) materializa o funcionamento do que vem chamar por “dispositivos de segurança”. Da organização do espaço urbano, com a formação das cidades nos séculos XVI e XVII, aos novos procedimentos adotados frente à aleatoriedade dos acontecimentos, como o caso da escassez de alimentos dos séculos XVII e XVIII, uma noção correlata ao exercício da maquinaria disciplinar toma corpo em práticas dedicadas à construção de previsibilidades. Tais dispositivos detonam a formulação de perguntas, até então, impensáveis para um conjunto de indivíduos subordinados às decisões de um soberano:

Qual é a taxa média da criminalidade desse [tipo]? Como se pode prever estatisticamente que haverá esta ou aquela quantidade de roubos num momento dado, numa sociedade dada, numa cidade dada, na cidade, no campo, em determinada camada social, etc.? Em segundo lugar, há momentos, regiões, sistemas penais que essa taxa média vai aumentar ou diminuir? As crises, a fome, as guerras, as punições rigorosas ou, ao contrário, as punições brandas vão modificar essas proporções? Outras perguntas mais: essa criminalidade, ou seja, o roubo portanto, ou, dentro do roubo, este ou aquele tipo de roubo, quanto custa à sociedade, que prejuízos produz, que perdas, etc.? [...] De maneira geral, a questão que se coloca será a de saber como, no fundo, manter um tipo de criminalidade, ou seja, o roubo, dentro dos limites que sejam social e economicamente aceitáveis e em torno de uma média que vai ser considerada, digamos, ótima para um funcionamento social dado (FOUCAULT, 2008c, p.7-8).

Nesse sentido, o que deve ser destacado é que, ao falar em biopolítica, trata-se de uma tecnologia de poder que visa regulamentar populações através de mecanismos sutis de governo alimentados por uma noção de produção e gestão de possibilidades. Com isso, o risco se torna ainda mais evidente nas projeções de uma sociedade moderna. Das disciplinas aos dispositivos de segurança, vê-se a inquietude conduzida pela incerteza ao ponto de motivar a invenção de tecnologias específicas para lidar com o caráter contingencial dos acontecimentos. Foucault (2008c; 2010), nos ajuda a perceber o funcionamento de uma maquinaria a serviço da vontade de ordenação da vida no espaço e no tempo.

Ao retomar ligeiramente alguns PSE, repara-se um funcionamento compatível e afinado a essa lógica, demonstrando que sua operação na atualidade ainda se apresenta potente.

**Quadro 7:** Justificativas do Projeto Semear

Devido aos altos índices de violência e criminalidade ocorridos no bairro Castelo Branco o projeto tem por escopo através de brincadeiras e atividades nortear o aluno para atingir em um futuro próximo o desenvolvimento pessoal, social e profissional (Informações contidas no Projeto Semear, 2009).

*Fonte: arquivo próprio.*

Em todo caso, continuemos distantes das equivalências. Se, por um lado, tento me afastar do estabelecimento de igualdades entre PSE e tecnologias de um poder disciplinar, por outro, ativar a noção de regulamentação de uma população em relação a tais iniciativas (PSE) não implica necessariamente decalcar uma moldura biopolítica em seu entorno. Trata-se, antes disso, de reconhecer que o sentido que sustenta o exercício do biopoder é, também, conduzido pela noção de gestão das possibilidades. E por mais que disciplina e biopolítica operem em domínios distintos e provoquem efeitos de ordens particulares (FOUCAULT, 2010), parece evidente que tanto anátomo-política do corpo como biopolítica das populações são mecanismos movidos por uma valorização da precipitação e produção de acontecimentos possíveis.

Temos aí dois mecanismos de poder distintos operando em correlação a favor do desejo de homeostase. Projeto investido por uma sociedade moderna, emergente no ocidente europeu entre os séculos XVIII e XIX, que se mantém fortalecido em um espaço e em um tempo que é o nosso. Vê-se, desse modo, um conjunto de mecanismos e tecnologias de poder movidos pela vontade de ordem. A pré-ocupação fundante da noção de risco está alicerçada na tentativa constante de minimizar as incertezas e maximizar o controle diante dos acontecimentos. Trata-se, sobretudo, de governo; de “como governar”. Foucault demonstra isso cartografando. Seus mapas/quadros apresentam-se carregados nas tintas que evidenciam o conjunto de problematizações pelo qual foi possível a invenção da população, bem como da própria noção de risco.

**Quadro 8:** Compilado de projeções FUNSERG – Sport Club Rio Grande

Com o intuito de diminuir a incidência de crimes e usos de drogas, a FUNSERG já iniciou alguns programas na sede do Clube, como o Educando pelo Esporte, apoiado pelo programa Desenvolvimento e cidadania, da Petrobrás.

Mas a instituição vislumbra o momento ímpar por que passa o esporte

brasileiro, sobretudo pela conquista do direito de realizar a Copa de 2014 no País, e a escolha da cidade do Rio de Janeiro de sediar as Olimpíadas de 2016, bem como as paraolimpíadas, podendo iniciar trabalhos que possam dar sonhos e esperança para jovens de regiões de extrema pobreza da cidade, que vivem em contínua situação de risco social e vulnerabilidade. É com esse objetivo que se apresenta perante o Ministério dos Esportes, trazendo projetos sustentáveis e com capacidade técnica para executá-los (FUNSERG Sport Club Rio Grande).

*Fonte: arquivo próprio.*

A questão de “como governar” parece se manter atual, inclusive suscitando invenções como a vulnerabilidade realizada por uma série de estratégias advindas de mecanismos como os PSE. Contudo, noções como vontade de ordem, incerteza e controle constituem ideias vagas diante da especificidade do risco que os PSE ativam. Se o risco é efeito da tentativa de antecipação de situações insatisfatórias para que se possa evitá-las, outras inquietações se fazem necessárias: em relação a que ou a quem algo se torna insatisfatório? A partir do que e como se dá a diferenciação entre ordem e desordem? Ainda na esteira foucaultiana, o que parece a intencionalidade de controle das incertezas remete, inevitavelmente, a um terceiro elemento. Trata-se da norma e seus mecanismos que posicionam e marcam tudo a que interpelam.

De uma forma mais geral ainda, pode-se dizer que o elemento que vai circular entre o disciplinar e o regulamentador, que vai se aplicar, da mesma forma, ao corpo e à população, que permite a um só tempo controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula entre um e outro é a “norma” (FOUCUALT, 2010, p.212-213).

Tocamos, então, outro ponto importante dos mapas foucaultianos e que parece caro ao exercício problematizador ativado pela relação entre risco e PSE. Foucault indica claramente que, entre o exercício do poder disciplinar e a ação biopolítica, circula a norma. Tanto no curso de 1976 quanto no de 1977, ele dedica boa parte de suas explanações a esse conceito e seus modos de operação. Durante a última aula do curso *Em defesa da sociedade* ele afirma: “A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (FOUCUALT, 2010, p.213). Nesse sentido, o exercício da disciplina em correlação com a biopolítica ativaria processos normalizadores que, mais adiante, em *Segurança, Território e População*, serão introduzidos com algumas distinções: normalização disciplinar e normalização dos dispositivos de segurança.

Por definição, consideremos pelas palavras de Georges Canguilhem (2009, p.109) que:

Uma norma, uma regra, é aquilo que serve para retificar, pôr de pé, endireitar. [...] Ao contrário de uma lei da natureza, uma norma não acarreta necessariamente seu efeito. Isto é, uma norma pura e simples não tem nenhum sentido de norma. A possibilidade de referência e de regulação que ela oferece contém – pelo fato de ser apenas uma possibilidade – a latitude de uma possibilidade que só pode ser inversa. Com efeito, uma norma só é a possibilidade de uma referência quando foi instituída ou escolhida como expressão de uma preferência e como instrumento de uma vontade de substituir um estado de coisas insatisfatório por um estado de coisas satisfatório.

Nesse sentido, coloca-se em funcionamento um balizador da ordem através do reconhecimento do normal e, por conseguinte, da demarcação da anormalidade. Canguilhem (2009) destaca que há uma intenção normativa definidora da norma ativada por um processo de distinção. Nesse caso, a produção da norma é sempre o efeito da diferenciação que posiciona, existencialmente, em determinado tempo e espaço o anormal e o normal. Há, desse modo, o deslocamento da norma do papel fixo que a faz produtora do normal e do anormal, tornando-a efeito de um processo de localização do indesejado. Um ciclo se põe em movimento constante e dá à norma sentido de linha referencial. Se algo é indesejado, assim o é em relação à norma.

François Ewald (1993) flexibiliza tais definições ao indicar uma dada alteração de sentido no início do século XIX, pela qual norma e regra se distinguem. Norma não mais se equivale à retidão. A figura do esquadro dá lugar à abstração da média, “[...] a norma toma agora o seu valor de jogo das oposições entre o normal e o anormal ou entre o normal e o patológico” (*idem*, p.79). Trata-se de uma lógica que, sobretudo, tem como efeito de operação, a vida e seus modos de existência como objeto de poder. Quando um PSE afirma que o bairro “Castelo Branco” necessita de suas intervenções porque possui “altos índices de violência e criminalidade”, admite que nele haja uma recorrência de atos criminosos que extrapolam uma média aceitável. Vemos aí a operação da norma como média. Não se trata apenas da diferenciação definitiva entre bairros perigosos e bairros seguros. Quando se lança mão de expressões desse tipo, mesmo sem apoio em dados estatísticos comprobatórios, dá-se condição a um jogo que não se limita ao desejo “de imposição de uma exigência a uma existência” (CANGUILHEM, 2009, p.109). Para além da vontade de retificação, a norma opera pela admissão da existência do indesejado. Se por “altos índices de violência e criminalidade” a implantação de um PSE se justifica em determinado bairro, tira-se, então, da violência e da criminalidade o atributo de algo inaceitável.

Considerá-los por “altos índices” reforça a ideia de que estão posicionados a uma distância considerável da média. Torna-se, portanto, possível e desejável a existência de índices de violência e criminalidade médios ou baixos em condições satisfatórias. O resultado disso é a produção de uma linha referencial movente em um jogo constante que tem por tarefa posicionar em relação a si o aceitável e o inaceitável, demarcando o anormal e o normal.

Frente a isso, os PSE operam com boa desenvoltura. Suas projeções não titubeiam em exercer uma intenção normadora. Suas promessas pressupõem um estado desejado de normalidade ao explicitarem seu público-alvo como sendo potencialmente ameaçador de considerada condição social. Mas, voltemos ao centro da problematização disparada no início deste eixo de inteligibilidade e perguntemos: o que tem a norma de tão potente ao problematizar a noção de risco mantida pelos PSE? Não estaria a norma na contramão do risco? Seria coerente pensar que a norma, quando operada como média, teria alguma compatibilidade com o funcionamento do risco? Afinal, o que a discussão sobre norma e risco interessa ao processo de individualização/individuação de situações de vulnerabilidades acionadas pelos PSE?

Das planificações dos PSE às reverberações dos seus funcionamentos, repara-se a consolidação de uma obviedade. Há uma demanda de indivíduos que corporificam uma situação insatisfatória em relação a uma normalidade pressuposta, por sua vez, transcrita em termos como: situação de vulnerabilidade social. Se os indivíduos em situação de vulnerabilidade condicionam a realização dos PSE, temos de reconhecer a norma como princípio fundante do mecanismo de produção de sentido que ativou tal exercício de pensamento.

Com base nas teorizações ativadas, vê-se que norma e risco demonstram um funcionamento correlato, mas não equivalente. A vontade de ordem que dispara uma intenção normativa é motivada, justamente, pelo risco de se tornar real dada situação de desordem, tão mal vista pelo exercício da razão. Uma situação de risco é produzida quando certa zona de estabilidade da norma é ameaçada ou o posicionamento de determinado referente se distancia dela por uma variação acentuada de um ponto médio considerado, mesmo quando tomado como em Canguilhem (2009), apenas como uma variação quantitativa. O risco de vir a ser o que ainda não está sendo reforça a norma como o grande marcador das projeções de uma sociedade moderna. A manutenção da norma se dá pelo investimento na antecipação do que é possível acontecer. Diante disso, outras questões são possíveis: levando em conta o mecanismo descrito, caberia o entendimento do risco como virtualidade? Ter-se-ia o controle do aleatório, desejo inabalável da racionalidade moderna, alimentado pelo desenrolar do jogo entre a norma como linha referencial média e as ponderações

produzidas virtualmente pelo risco? Seria tal consideração pertinente frente à noção de risco sustentada nos PSE? Que sentido se atribui à virtualidade nesse caso?

Das análises sobre as reformas penais às descrições dos mecanismos normalizadores (FOUCAULT, 2002; 2008c), tem-se a operação de uma noção de risco como virtualidade. Trata-se, sobretudo, de um *modus operandi* preventivo que se estabelece pelo investimento do controle dos indivíduos e dos acontecimentos eventuais. O virtual opera como projeção do que “[...] poderia se produzir e que se procura impedir antes que ele se inscreva na realidade” (FOUCAULT, 2008c, p.44). Logo, a noção de virtualidade consistiria em oposição à realidade. Portanto, investir ao nível das virtualidades dos indivíduos para melhor controlá-los remete à intervenção na ordem das condicionantes de algo ou alguém virem a tornarem-se reais.

De modo geral, tem-se uma noção de virtualidade que opera de maneira coerente com a discussão de risco realizada até então. Retornemos aos PSE e constatemos que seu investimento maior, ao indicar um indivíduo vulnerável ou uma situação de risco, está voltado para as virtualidades que os constituem. O risco que localiza um vulnerável mais ou menos distante da norma, quantifica e qualifica determinado modo de vida que se realizará ou não. Entretanto, a fim de radicalizar esse exercício conceitual, veremos que o jogo entre virtual e real parece não exercer uma proporção inversa. O trato do risco como virtualidade não implica uma inexistência. Se o risco é virtualidade, é porque já existe potencialmente. Temos, com isso, uma distinção conceitual que se encaminha para além do uso feito por Foucault. A realização como processo que torna algo existente, não faz, nesse sentido, oposição ao exercício do virtual, pois são de ordens distintas.

Entretanto, se, por um lado, pensar o risco como virtualidade através das análises foucaultianas remete a algo que ainda não se inscreveu na realidade, para Pierre Lévy (2011) o virtual opera em oposição ao atual. Realidade e virtualidade compõem mecanismos conceituais diferentes. Enquanto virtual e atual configuram um complexo problemático aberto, o funcionamento do real se opõe a noção de possibilidade se fechando em um mecanismo lógico. Do ponto de vista da questão da existência, virtual e atual existem, mesmo, em condições diferentes. Já entre real e possível o jogo se dá de outro modo, o possível é o real sem existência (LÉVY, 2011).

Sob essa ótica, como veríamos o risco acionado pelos PSE? Como essa diferenciação conceitual afeta a tríade (Figura 1) da individualização/individuação em questão? A tríade tomada como sistema estrutural dos PSE tem, entre a operação da norma e do risco, sua fonte vital. A norma, realizada de forma lógica em estimativas estatísticas, mapas censitários ou definições consensuais, pode ser considerada efeito

do nó de tendências e forças resultantes da ação virtual do risco. Desse modo, o funcionamento da norma estaria para uma operação lógica da dupla possível/real, assim como o risco estaria para o complexo problemático aberto pela dupla virtual/atual.

Em primeiro lugar, tentemos verificar o funcionamento da norma como um possível/real. A intenção normalizadora exercida por PSE seria, então, da ordem do possível. Se o possível é o real desprovido de existência, logo, o que é possível ainda não existe. Ao tomarmos a intenção normativa como o desejo de retidão, ou estabelecimento de uma linha média referencial móvel, podemos dizer que sua realização ocorre na materialização de um consenso do que é aceitável e da indicação do grau de sua aceitabilidade. Os PSE são objetivos quanto a isso. Possuem uma intenção normalizadora ativada por um sistema lógico. Partem de uma dupla possibilidade: a de determinada criança ou jovem se tornar um criminoso, fixando-o como anormal; e a possibilidade de interpeção através do esporte como garantia de normalidade. Em ambos os casos, o ponto de partida dos PSE se constitui em inexistência. Trata-se, desse modo, de um sistema fechado, a condição enigmática da infância e da juventude é reduzida a uma questão de existência. O possível não existe, pois ainda não se realizou, no entanto, ao realizar-se, não acarretará estranhamentos, pois se trata de previsão, de uma ocorrência predefinida. Grosso modo, caberia, nesse caso, a provocação afirmativa de que os PSE apresentam a solução antes que o problema se efetive. Mas, isso é apenas uma parte.

Em segundo lugar, temos o risco e um sistema aberto de antecipação dos acontecimentos que é da ordem do jogo virtual/atual. Daqui, podemos perceber os PSE por outra perspectiva. Diferentemente da dupla possível/real, o jogo virtual/atual compartilha a existência, mas se distinguem no modo particular em operá-la. O virtual existe na condição potencial, por isso não se opõe ao real e, sim, ao atual. Nesse sentido, não há uma realização do virtual, pois ele já existe potencialmente e apenas se atualiza. A noção de virtual pressupõe a abertura de um complexo problemático que requer um processo de resolução: o atual. Pierre Lévy (2011, p.15) exemplifica: "A árvore está virtualmente presente na semente. Em termos rigorosamente filosóficos, o virtual não se opõe ao real, mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes". Para os PSE, teríamos a atualização de indivíduos vulneráveis como uma solução para o complexo problemático aberto pelo risco como virtualidade, acontecimento que já existe em potencialidade; em probabilidade, e, por isso, já produz efeitos. Assim como a árvore está virtualmente na semente, o cidadão autônomo e crítico (desejo recorrente dos PSE) está virtualmente no que crianças e jovens, interpeladas pelos PSE, carregam de enigmático. Os PSE, assegurados pelo

mecanismo de individualização/individuação, pressupõem a atualização para o complexo problemático contido na condição enigmática da infância e da juventude.

Em suma, a abordagem do vulnerável como virtualidade sugere a desnaturalização do vulnerável como *a priori* dos PSE, a partir do exercício problematizador de seus complexos mecanismos de produção de sentido no presente. Nesse sentido, é pertinente enfatizar que, por mais recente que seja o acontecimento da proliferação dos PSE, os mecanismos pelos quais operam são compostos por estratégias construídas historicamente; soluções ajustadas às problematizações sobre “como governar” que, segundo Michel Foucault (2008a; 2008c; 2010), compõem a inauguração da modernidade frente à invenção da população. A tríade individualizadora/individuada que dispara esse exercício, torna-se possível no funcionamento indissociável de processos normalizadores (entre anatomo-política do corpo e biopolítica de uma população) com a operação do risco (virtualidade enquanto projeção/probabilidade, bem como solução do jogo possível/real/virtual/atual).

Ao que diz respeito à problematização em exercício, sobre a relação entre PSE e a pressuposta identificação de sujeitos vulneráveis, tal indissociabilidade entre normalização e risco se evidencia. Entre uma intenção normalizadora e o reconhecimento dos riscos, os PSE capturam seu público-alvo. Isso faz com que o processo de individualização/individuação, que materializa geográfica e existencialmente situações de vulnerabilidade, se sustente em planos não tão óbvios como o modo que se proliferam. A blindagem que resguardara a estrutura **indivíduos-PSE-situação de vulnerabilidade** (Figura 1) se fragiliza. O sistema fechado de localização do problema e proposição de intervenções se inverte. O risco como virtualidade e seu posicionamento em relação à normalização indica um processo de produção de sentido aberto pelo qual a certeza na afirmação de quem necessita do quê, pretensão externada pelos PSE, pode tornar-se motivo de frustração. Poderíamos, com isso, encaminhar o reconhecimento de uma discussão que trataria a vulnerabilidade como uma virtualidade? Ou melhor, a tríade que faz funcionar o processo individualização/individuação, da situação de vulnerabilidade, não seria a própria virtualização do vulnerável? Ou apenas uma montagem necessária para sermos o que somos?



## Pela manutenção do problema: provocar o pensamento para pensar de outros modos

A abordagem do vulnerável como virtualidade, exercida até aqui, sugere a desnaturalização dessa classificação como *a priori* de certas iniciativas que tomam o esporte como prerrogativa de salvação e transformação social. Dentre os mecanismos de normalização e de produção do risco, um vulnerável é projetado através de virtualidades a serem antecipadas. Contudo, não cabem aqui definições que possam encaminhar a tomada da virtualidade como explicação generalizadora do problema investido. Pelo contrário, enquanto eixo de inteligibilidade, a virtualidade opera como ferramenta problematizadora.

Longe de ser a imagem incompleta e embaralhada de uma ideia que, lá de cima, eterna, deteria a resposta, o problema é a própria ideia, ou melhor, a ideia não tem outro modo de ser se não o problemático: pluralidade distinta cuja obscuridade sempre insiste de antemão, e na qual a questão não cessa de se deslocar. Qual é a resposta para a questão? O problema. Como resolver o problema? Deslocando a questão. [...] É preciso antes pensar problematicamente do que interrogar e responder dialeticamente (FOUCAULT, 2008b, p. 246).

Nesse sentido, quem são os vulneráveis dos PSE? A pergunta dura, mas não se esgota. Como detonadora, talvez, se ajuste à figura da implosão. Uma chave para o pensamento a ser utilizada de dentro para fora. Assim, a utilizei, propositalmente, operando-a para minar estruturas representativas. Tentar tratá-la de outro modo, certamente, implicaria navegar por outras águas, talvez, bem mais turvas que estas escorridas deste aquário.

## Referências

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

EWALD, F. *Foucault, a norma e o direito*. Lisboa: Vega Editora, 1993.

DAMICO, J. *Juventudes governadas: dispositivos de segurança e participação no Guajuviras (Canoas/RS) e em Grigny Centre (França)*. 2011. 290f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

- FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, M. *Theatrum Philosophicum*. In: MOTTA, M. (Org). *Michel Foucault*. Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Coleção Ditos e Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.
- FOUCAULT, M. *Segurança Território e População: curso no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. 13ªed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.
- GONÇALVES, A; HECKTHEUER, L; SILVA, M. Projetos Sociais Esportivos: Entre o vir a ser e o ser vulnerável. *Revista Didática Sistêmica*, v.16 n.1. Edição Especial. p. 362-374, 2014.
- GUEDES, S. et al. Projetos sociais esportivos: notas de pesquisa. In. *ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA*, XVII, 2006, Niterói. Anais... Rio de Janeiro: ANPUH, 2006. p. 01-10. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Simoni%20LGuedes,%20Julio%20Davies,%20Michelle%20ARodrigues%20e%20Rafael%20MSantos.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2014.
- HECKTHEUER, L. *Projetos sociais esportivos: ensaios sobre uma proliferação na cidade do Rio Grande - RS*. 2012. 156f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências: química da vida e saúde), Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande/RS, 2012.
- LARROSA, J. O ensaio e a escrita acadêmica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.28, n.2, p. 101-115, 2003.
- LÉVY, P. *O que é o virtual?* São Paulo: Ed.34, 2011.
- S/AUTOR. *Projeto Punhos da Esperança poderá ser implantado em Porto Alegre*. Jornal Agora, Rio Grande, 16 ago. 2011b. Esporte, p. 8.
- SILVA, R. *A invenção da psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- THOMASSIM, L. *O "público-alvo" nos bastidores da política: um estudo sobre o cotidiano de crianças e adolescentes que participam de projetos sociais esportivos*. 2010. 296 f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

THOMASSIM, L. E. C.; STIGGER, M. P. Super-oferta de projetos sociais esportivos: superando as imagens públicas idealizadas sobre essas ações. In. *SEMINÁRIO NACIONAL POLÍTICA & SOCIOLOGIA UFPR 1*. 2009, Curitiba. Anais... Curitiba: UFPR, 2009. CD-Rom.

VEYNE, P. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ZALUAR, A. *Cidadãos não vão ao paraíso*. Campinas: Editora Escuta, 1994.

ZENOBINI, A. Um sonho esportivo. *Jornal Agora*, Rio Grande, 11 out. 2011. O peixeiro, p. 4.

*Recebido em: 02/11/2016.*

*Aceito em: 24/11/2016.*

### **Arisson Vinícius Landgraf Gonçalves**

Doutor em Educação em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande – PPGEC/FURG (2016). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande – PPGEC/FURG (2012). Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal de Pelotas (2009). Atualmente, é professor nível superior no Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, exercendo docência no curso de Licenciatura em Educação Física. [arissonvinicius@yahoo.com.br](mailto:arissonvinicius@yahoo.com.br)